

Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 18

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia 10 de julho de dois mil e vinte e seis

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e trinta minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estiveram presentes, pela coligação AD-PSD/CDS, a Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira e o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês. Igualmente esteve presente o Senhor Vereador Carlos Bruno Fial Pereira, eleito pelo Partido Socialista (PS). O Senhor Vereador Anselmo Antunes de Sousa não compareceu na reunião, tendo justificado a sua ausência. -----

A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. -----
Verificada a existência de "quórum", foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

• 15ª alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Para conhecimento; -----

• 16ª Alteração ao Orçamento e às grandes opções do plano – Para conhecimento; -----

• 17ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Para conhecimento; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número 17 de vinte e nove de junho dois mil e vinte e seis, da Reunião Ordinária da Câmara Municipal; **Ponto 2** – Ampliação e Beneficiação das Redes de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais e Pluviais (2016) - Libertação de Caução e Liquidação de Cativos; **Ponto 3** – Conservação e Reabilitação de Alvenarias no Castelo de Marialva - Libertação de caução e Liquidação de Cativos; **Ponto 4** – Beneficiação dos Caminhos Rurais da Serra e Escáparos - Libertação de caução e liquidação de cativos; **Ponto 5** - Requalificação / Valorização do Cemitério de Mêda - Libertação de Caução e Liquidação de Cativos; **Ponto 6** - Instalação da Loja de Cidadão de Mêda - Espaço Cidadão - Libertação de Caução e Liquidação de Cativos; **Ponto 7**- Atribuição de apoio financeiro extraordinário às Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS do concelho de Mêda – ano civil de 2026; **Ponto 8** – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Aveloso, para aquisição do equipamento “Mini Giratória”; **Ponto 9** – Procedimento conjunto de atribuição de licença de utilização privativa de bens do domínio público dos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso, integrantes da rede aldeias históricas de Portugal, destinados à instalação e operação de pontos de carregamento elétrico de veículos; **Ponto 10** – Isenção do pagamento de taxas municipais devidas pelas mensagens publicitárias e ocupação da via pública de natureza comercial – 2026; **Ponto 11** – Pedido de Convocação de Assembleia Municipal Extraordinária; -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

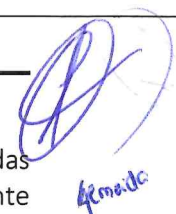
15ª alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Para conhecimento; -----

16ª Alteração ao Orçamento e às grandes opções do plano – Para conhecimento; -----

17ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – Para conhecimento; -----

46m210

Usou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, que deu início à reunião cumprimentando todos os presentes e começou por dar conhecimento sobre alguns assuntos que destacou desde a última reunião de executivo, nomeadamente a presença na assinatura do protocolo com a Federação Portuguesa de Andebol no Salão Nobre dos Passos de Conselho de Figueira de Castelo Rodrigo, explicando a sua importância de dar continuidade àquilo que é um protocolo entre quatro câmaras municipais e a Federação Portuguesa de Andebol. Mencionou também a sua presença no musical de fim de ano letivo do Agrupamento de Escolas, onde teve a oportunidade de parabenizar todos os finalistas que terminaram este ciclo da sua vida e também todos os funcionários e docentes, sem exceção, que permitiram proporcionar a educação condizente com as necessidades dos dias de hoje aos nossos jovens. Referiu que também foi realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda a assinatura do Auto de Consignação da Obra de Reparação e Requalificação do Quartel da GNR de Mêda, que contou com a presença Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, Telmo Correia, o Major-General Rui Letras, Comandante do CARI, Coronel Pedro Gonçalves, Comandante do Comando Territorial da Guarda, Capitão Óscar Capelo, Comandante do Destacamento Territorial de Pinhel, 2º Sargento Jorge Parente, Comandante do Posto Territorial de Mêda. Realçou que se vai dar início às obras, pois o quartel carece de infraestruturas condizentes com as necessidades dos dias de hoje, permitindo este protocolo, que a autarquia tivesse aqui um papel de intermediário, uma vez que a comparticipação deste valor é 100% financiado através da Administração Interna pelo PRR, e que a atuação do município permite que o nosso Quartel seja dotado de condições para fazer aquilo que fez nos últimos anos, que é a defesa dos bens e garantias de toda uma população, de todo um Conselho, de toda uma região e também de todo o país. Mencionou ainda a sua presença no arranque das férias desportivas de verão, frisando que este ano, estão inscritas 96 crianças entre os 6 e os 12 anos de idade, o que faz deste número um recorde em termos de participação, o que é bom. Realçou que cabe também ao município o dever de dar condições a estas crianças de fazerem a sua evolução também no “pós-escola”, permitindo-lhes atividades desportivas com técnicos qualificados com experiências diversas e também permitir que estas atividades não impeçam que eles também tenham a vivência com os seus familiares, sendo igualmente importante para a evolução delas. Esteve também presente na Edição de 2026 do Festival Cultura e Tradições, no jardim público da Coriscada. Marcou ainda presença na Sessão de Arranque Regional do Projeto “Just A Change”, da CIMRBSE, no Centro Cultural de Celorico da Beira. Referi que este programa “Just A Change” “é uma IPSS que se dedica a reabilitar casas de pessoas em situação de pobreza habitacional. Uma habitação digna é muitas vezes o ponto de partida para uma nova vida, por isso o Just a Change trabalha para devolver a dignidade habitacional aos mais necessitados”. Salientou que para a Mêda, é importante porque nos permite a sinalização para o nosso concelho poder participar no próximo ano, esta sinalização permite a possibilidade de virem pessoas de outros países e do nosso país, com formação superior, a ajudar na requalificação de casas e de habitações que necessitem de algumas intervenções, o programa funciona normalmente com apoios e patrocínios, que lhes permitem obterem dotação financeira para fazer face a essas intervenções habitacionais. Manifestou que esta é uma iniciativa de louvar, que nos deve unir a ela, estando já representada em mais de 60 municípios do país, e mais focada no interior. Referiu que sinalizou o interesse de participarmos no próximo ano e de acolher também esta iniciativa nos nossos territórios, esteve também presente no Feriado Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, com a presença do senhor Presidente da Assembleia da República, Aguiar Branco. Estivemos representados pela senhora Vereadora, na “Transmissão de Tarefas” do Clube dos Rotários de Trancoso. Informou os presentes de algumas reuniões externas que fez com alguns investidores sobre algumas iniciativas de investimento no nosso território, mas abordará o assunto futuramente quando estiverem esses assuntos mais concretizados, e finalizou a sua intervenção dando conhecimento sobre o assunto da última Reunião de Assembleia no que concerne à comunicação do município, estando a ser feitos todos os procedimentos para que a partir do dia um de setembro entre em vigor definitivamente a nova identidade gráfica.



Usou da palavra o Sr. Vereador Anselmo Sousa, que começou por questionar qual o período das férias desportivas, se seria uma só semana, ao que lhe foi dito de imediato pelo senhor Presidente da Câmara que estão a decorrer no mês inteiro de julho. Informou ainda de que não vai poder estar presente no evento Há Beira e Douro, apresentando justificação por motivos de saúde. Solicitou esclarecimento ao executivo relativamente ao polo termal de Longroiva, quando foi a assinatura da rescisão do polo termal, ficaram alguns assuntos para resolver mais tarde, nomeadamente a zona envolvente e do estacionamento.

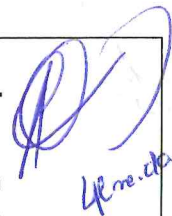
Usou da palavra o Sr. Vereador Carlos Fial, cumprimentou todos os presentes e mencionou que tinha duas situações, que gostaria de apresentar. Referiu que a primeira diz respeito a esta altura do ano, e pelas notícias, sabemos o que está a acontecer em Almada, com a situação do abastecimento de água, e tendo em conta que existem algumas localidades que estão sujeitas a serem abastecidas pelos bombeiros, questionou se podemos vir a enfrentar problemas desse género, ou se está tudo a correr com normalidade, no sentido de perspetivar algumas dificuldades no verão. Mencionou que outra questão diz respeito à junta de freguesia da Prova, relativamente às comemorações dos 830 anos do Foral de Casteijão, o Foral de D. Sancho, porque é uma data redonda e merece ser marcada, e até em jeito de preparação, porque em breve, em 2029, iremos celebrar os 850 anos do Foral de Marialva por Afonso Henriques. Sugeriu que deveria ser feito um compêndio destas efemérides, não só celebrar por celebrar, mas também envolver a comunidade escolar e científica, explicando o que eram estes documentos, e para o que serviam. Sabendo que a Junta de Freguesia está a preparar alguma coisa, questionou se a Câmara também está envolvida no processo, e o que é que está a pensar fazer. Apresentou ainda um assunto relacionado com as férias desportivas, salientando que estas atividades têm de ser enaltecidas pela sua existência não devendo encará-las como apenas passatempo para as crianças, mas sendo atividades de apoio à família. Sugeriu a criação de pacotes de atividades de tempos livres, para envolver jovens também nas atividades públicas, na participação nos serviços públicos, e eles serem remunerados por isso com bolsas ou vouchers de usufruto de serviços públicos, entre outras coisas. Reforçou o valor do parque municipal, deixando a sugestão para que não saísse da agenda, sugerindo ao executivo que se pense numa solução para o espaço do parque municipal que precisa de uma intervenção profunda do ponto de vista da renovação dos brinquedos, e dos espaços verdes.

Usou da palavra o Sr. Presidente César Figueiredo, para esclarecer as questões apresentadas, começou por responder ao Senhor Vereador Anselmo Sousa, sobre o Polo Termal de Longroiva que é importante ele estar a funcionar e permitir que algo que nos foi deixado pela natureza, que o homem tenha a inteligência de saber aproveitar. Referiu que os furos normalmente são da Tutela do Estado e depois as concessões podem ser permitidas às Câmaras Municipais, pela importância do mesmo furo. Nesse contexto, manifestou que se tem de por a funcionar e de o valorizar porque é um Polo Termal, em princípio, com intervenção a nível da saúde, mas também é um património que pode trazer gente, pode trazer riqueza, que essa gente que vem e que fica no Polo Termal pode usufruir também daquilo que são os nossos produtos tradicionais, pode-se dar a conhecer o concelho no seu todo e isso é importante. Por isso, salientou que o mais importante é que ele esteja a funcionar. Do ponto de vista dos aspetos que falou o senhor Vereador Anselmo Sousa, e que foram pontos de discussão nos últimos 10 anos, explicou que temos que ter a capacidade e o engenho e arte de minimizar as insuficiências e os constrangimentos que a determinada altura foram tomados e que neste momento permitam uma boa solução para aquilo que é o Polo Termal. Reforçou que este Polo foi pensado para funcionar num todo entre aquilo que é o polo termal e o hotel termal. Manifestou que a partir do momento que o hotel termal deixou de ter interesse em ficar com o polo termal, teve de ser ter uma assertividade de o colocar a trabalhar. Explicou que neste momento os constrangimentos que temos não são impeditivos da continuidade desse trabalho porque a luz e a água são independentes, neste momento já estão separados. Referiu que já existe uma separação da luz



4 Almeida

que o chiller gasta e está a ser quantificada e vai ser imputada à entidade que está a fazer a gestão. Explicou que nos últimos meses houve uma intervenção com o corte da estrada de Longroiva que permitiu a ligação ao PT para que a origem da luz fosse distinta, a energia que vai para o polo termal neste momento já está separada. Manifestou ainda que os condicionamentos têm a ver com o estacionamento e com as áreas envolventes ao próprio furo que é uma exigência da DGEG em que neste momento têm que ser tomadas iniciativas que abrangem algumas obras, nomeadamente os lugares de estacionamento e da área envolvente ao próprio furo. Neste momento já não está a ser utilizada a parte adjacente ao furo como era utilizado no passado, esta salvaguardado. Referiu que houve um estudo para trazer a dispensa para cima para não implicar com o próprio furo. O que é da responsabilidade da câmara municipal é que o polo esteja aberto. O que é da responsabilidade de tomar iniciativas para proporcionar que não haja esses inconvenientes, estamos sempre sujeitos ao que são as diretrizes da DGEG. Foram ultrapassadas algumas das insuficiências e das anomalias detetadas nos últimos anos. Manifestou que na verdade, há situações ainda por resolver nomeadamente aquilo que é a saída de segurança do próprio hotel, por ser para o polo termal e não podem estar confluentes essas duas situações e por isto analisou-se através da proteção civil a saída de emergência para uma zona que não coincidam. E isso está a ser conseguido e acho que poderemos dirigir um documento que acautele aquilo que são as necessidades e a defesa do bem principal que é o furo para os próximos anos. No entanto, referiu e repetiu que aquilo foi pensado para funcionar como um espaço só, e quando é feito tudo estruturalmente para pensar e para trabalhar com um só espaço, dividi-lo às vezes não é fácil, estamos a fazer isso, e dizer que vamos trazer a relação mais para o final do ano da receita do polo termal que está a subir referente ao que foi a receita do ano passado. Tem havido um incremento de novas nacionalidades na utilização desse mesmo polo termal e há uma utilização mais consistente das pessoas que vivem no nosso território, quer do Conselho da Meda, quer da área da abrangência. Espera-se que, ele seja dotado de tal forma e que abra o apetite novamente a que investidores privados possam ter interesse nessa mesma exploração, porque era interessante que assim fosse, porque o espaço não foi feito e não está dimensionado para ser explorado pela Câmara de uma forma direta e por isso há necessidade de contratar todos os anos uma empresa para fazer a prestação de serviços. Referiu que, pode ser eficaz durante 3 ou 4 anos, mas não pode ser pensado para a próxima década porque vai ter que haver obras de manutenção e essas obras de manutenção têm que ser pensadas por quem as vai explorar. Espera que esta evolução muito positiva que ele está a ter seja capaz de atrair novos investidores e que haja um complemento daquilo que é a utilização do hotel, também com o polo termal, que foi para esse fim que ele foi concebido. Relativamente aos pontos do senhor Vereador Carlos Fial, começou pela questão da água, alegando que as pessoas às vezes só dão valor às coisas quando não as têm. Manifestou que, tivemos em 2022 um período de seca e aí as pessoas perceberam que a água afinal é um bem que não é infinito e que tem que ser utilizado com racionalidade e com critério, e essas medidas que foram tomadas neste momento, dá-nos mais resiliência para ultrapassar aquilo que outros concelhos não têm a capacidade de ultrapassar, no entanto, o trabalho não está todo feito. Explicou que as perdas de água na altura estavam entre os 59% a 60%, ou seja, a água que nós comprávamos de alta e que depois era faturada não sabíamos para onde ia 60% dessa água. Explicou que, neste momento descemos esse valor de perda só que esse valor ainda é considerável, porque pode haver ramificações e utilização dolosa dessas mesmas condutas porque pode haver e pode existir tubos ladrões para as pessoas utilizarem essa água. Salientou que, temos determinadas zonas que a própria estrutura das condutas já não aguenta as pressões e por isso na Barreira e em algumas Freguesias onde foram as primeiras a ser implementadas condutas, são aquelas que neste momento têm mais constrangimentos. Referiu que na altura foi feita a estrutura com capacidade de ir a água a todo o concelho mas não se pensou na pressão que ela tinha que ter, ficou resolvido no mandato passado a situação do Bairro do Morro, que era um problema que existia há décadas. Referiu que, ficou por resolver o Bairro do Prazo, a Coriscada e Casteição e também uma situação em Longroiva que apareceu agora, mas que também já tem algumas décadas, e aquilo que temos que fazer é ser eficientes e criteriosos



não podendo garantir que não iremos ter problemas, mas que estamos preparados para enfrentar estes problemas. Acrescentou ainda que a preocupação neste momento, do ponto de vista da água, é o corpo técnico que está associado às ruturas e àquilo que é intervenção diária na conduta, uma vez que, o funcionário Armando se reformou, estando de parabéns pelo trabalho que fez durante décadas, mas na verdade ele tinha um conhecimento que não se consegue tirar do computador nem da inteligência artificial. Referiu que neste momento a preocupação é dotar a Câmara Municipal com o corpo técnico capaz de ir ao encontro daquilo que são as necessidades dos novos dias nomeadamente na telemetria, a possibilidade de termos de contar aquilo que cada um gasta e até perceber se há ruturas porque aquilo aumentou muito e não porque o reservatório está vazio. Manifestou que, podemos antecipar alguns problemas e está a ser feito um bom trabalho, não sendo um trabalho perfeito porque carece de investimento e capacidade financeira para o fazer. Reforçou que, já tinha especulado há 3 ou 4 anos que o problema de água na Mêda para ser resolvido custaria várias dezenas de milhões de euros e cada vez mais pensa que é verdade, afirmando que cada intervenção que se fizer deve ser feita de modo profissional para que o processo e a estrutura fiquem mais resilientes, tendo de ter a capacidade financeira para o fazer também. Relativamente a situação da Coriscada foi verificada esta semana, que tem de haver uma segmentação daquilo que é a estrutura da água e por pressurização na conduta. Referiu que tem um custo e não podemos correr o risco de colocar pressão na conduta e depois arrebentar com as outras, porque quando colocamos pressão na conduta, a pressão é para todos, sem exceção. Por este motivo, não tomamos nenhuma decisão sem o corpo técnico da EPAL também para nos dar esse “agrément”, porque eles têm esse “know-how” um conhecimento que está acima da média, até por força do trabalho deles. Neste momento estamos capazes de ultrapassar essas dificuldades, podendo haver falta de água numa situação de estrangulamento como houve em 2022, e as pessoas pensam que nunca mais volta a haver um ano como esse. Tendo em conta que, a barragem tem água para aproximadamente 6 meses, se tivermos secas mais prolongadas que os seis meses, poderá haver falta de água. Neste momento, a EPAL está a pensar num estudo de uma barragem a montante (no Rio Torto) que seja capaz de reter parte da água para, se esta tiver algum problema, a outra possa introduzir água. Inicialmente pensou-se aumentar esta barragem, mas o muro não aguenta, por isso está a ser feito outro estudo para preparar essa situação a montante. Neste momento temos de ser criteriosos com o que temos. A água quando entra nas casas das pessoas tem um custo, porque tem que levar um tratamento. E as pessoas têm que ter a perceção de que têm que tratar a água como tratam a luz ou como tratam o serviço de televisão, quanto mais gastarem, mais têm que pagar, e o problema da água é que as pessoas pensam que a água é nossa porque temos aqui a barragem. Referiu que a barragem não é da Mêda, a barragem é do Estado, é da EPAL e isso já foi decidido há 20 anos. Relativamente à outra questão, que se prende com o Foral de Casteijão, explicou que houve uma reunião com o senhor Presidente da Junta e com a senhora Maria Augusta para perceber o que pretendiam do apoio da autarquia e para ficar definido os procedimentos das comemorações do Foral, entendendo a sua extrema importância, que são os seus 830 Anos. Manifestou que a Autarquia vai contribuir e estando neste momento articulados para termos um programa comum de comemorações e a Câmara vai apoiar no que foi solicitado, nomeadamente a estátua do Dão Sancho I, que foi um pedido para ser lá colocada e a autarquia está na disposição de fazer essa aquisição para ser colocada na freguesia. Já estão a ser pedidos orçamentos e estamos articulados para haver uma comemoração conjunta. Relativamente ao parque municipal, já existe um projeto que já foi falado nas reuniões anteriores e também nas assembleias, já temos a noção da necessidade financeira que temos para esse projeto. A autarquia está neste momento à procura de financiamento para ter essa intervenção e se não se conseguir financiamento, vão ser feitas intervenções que estejam de acordo com a capacidade financeira que a autarquia possui, a Associação que se encontra no parque também já está informada e já se estão a encontrar opções também para ela.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número 17 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e seis;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº 17 referente da reunião Ordinária de Câmara Municipal, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município.

Ponto 2 – Ampliação e Beneficiação das Redes de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais e Pluviais (2016) - Liberação de Caução e Liquidação de Cativos;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação da caução referente à Garantia Bancária n.º 04530053337993, no valor de 2.589,83 €, bem como a liquidação dos cativos no valor de 2.424,83 €, relativos à empreitada de Ampliação e Beneficiação das Redes de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais e Pluviais (2016).

Ponto 3 – Conservação e Reabilitação de Alvenarias no Castelo de Marialva - Liberação de caução e Liquidação de Cativos;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação do valor remanescente da caução referente à Garantia Bancária n.º 0618.005185.093, no montante de 1.027,50 €, bem como a liquidação dos cativos no valor de 4.110,00 €, relativos à Conservação e Reabilitação de Alvenarias no Castelo de Marialva.

Ponto 4 – Beneficiação dos Caminhos Rurais da Serra e Escáparos - Liberação de caução e liquidação de cativos;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação da caução referente à Garantia Bancária n.º 2518.003282.693, no valor remanescente de 11.950,022€, relativa à empreitada de Beneficiação dos Caminhos Rurais da Serra e Escáparos.

Ponto 5 - Requalificação / Valorização do Cemitério de Mêda - Liberação de Caução e Liquidação de Cativos;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação da caução referente à Garantia Bancária n.º 0618.005380.293, no valor remanescente de 1.913,06 €, bem como a liquidação dos cativos no valor de 4.605,45 €, relativos à empreitada de Requalificação / Valorização do Cemitério de Mêda.

Ponto 6 - Instalação da Loja de Cidadão de Mêda - Espaço Cidadão - Liberação de Caução e Liquidação de Cativos;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação da caução referente à Garantia Bancária n.º 0618.005380.293, no valor remanescente de 433,69 €, bem como a liquidação dos cativos no valor de 1.734,77 €, relativos à empreitada de Instalação da Loja de Cidadão de Mêda - Espaço Cidadão.

Ponto 7- – Atribuição de apoio financeiro extraordinário às Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS do concelho de Mêda – ano civil de 2026;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação.

Neste momento o Sr. Vereador Carlos Fial ausentou-se da sala por se declarar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mêda. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a atribuição de um apoio financeiro extraordinário às IPSS do concelho de Mêda com respostas sociais na área da infância e das pessoas idosas, no montante global de 49.950,00 €, sendo que cada uma das IPSS receberá individualmente a quantia de 5.550,00 € (cinco mil, quinhentos e cinquenta euros). Mais se deliberou por aprovar a minuta de protocolo em anexo à presente proposta, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a respetiva outorga.

Ponto 8 – Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Aveloso, para aquisição do equipamento “Mini Giratória”;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Aveloso, no montante de 30.000,00 €, destinado à aquisição do equipamento “Mini Giratória”, bem como aprovar a minuta de protocolo em anexo à presente proposta, conferindo poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a respetiva outorga.

Ponto 9 – Procedimento conjunto de atribuição de licença de utilização privativa de bens do domínio público dos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso, integrantes da rede aldeias históricas de Portugal, destinados à instalação e operação de pontos de carregamento elétrico de veículos;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o texto do Edital em anexo à presente proposta, relativo à decisão de abertura do procedimento conjunto de concessão de licença de utilização privativa do domínio público de utilização privativa do domínio público dos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso, integrantes da Rede Aldeias Históricas de Portugal, para a instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos, para efeitos da sua posterior publicação, nos termos no sobredito Edital. Mais foi deliberado designar as Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico (AHP-ADT), como Presidente da Comissão responsável pela condução do procedimento conjunto, devendo assegurar-se a disponibilização dos locais, bem como a emissão das licenças ou autorizações de ocupação do espaço público legalmente exigíveis, nos termos do Edital em anexo:

Por fim, foi deliberado ainda submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para respetiva apreciação e aprovação da isenção do pagamento de taxas municipais associadas à utilização privativa do domínio público, nos termos e com os fundamentos definidos no supracitado Edital.

Ponto 10 – Isenção do pagamento de taxas municipais devidas pelas mensagens publicitárias e ocupação da via pública de natureza comercial – 2026;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para respetiva apreciação e aprovação, a presente proposta de isenção do pagamento das taxas devidas pela

publicidade e ocupação da via pública de natureza comercial, por parte dos agentes económicos do concelho de Mêda, estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços no concelho de Mêda, exceto os estabelecimentos de comércio a retalho, de comércio por grosso em livre serviços e os conjuntos comerciais, abrangidos pelo artigo. 4º da Lei nº 12/2004, de 30 de março, produzindo essa medida os seus efeitos com caráter retroativo à data de 1 de janeiro de 2026, e vigorando durante o presente ano de 2026, nos termos do disposto no artigo 156º nº 2 al. a) do CPA, ainda que não dispensando a emissão das licenças ou autorizações devidas, nos termos da lei ou regulamentos municipais, devendo ainda a respetiva deliberação da Assembleia Municipal ser aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n. 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

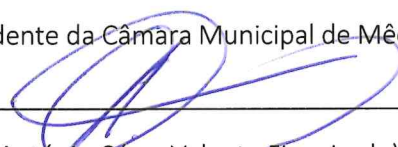
Ponto 11 – Pedido de Convocação de Assembleia Municipal Extraordinária;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com o fim de apreciação e deliberação dos assuntos que irão constar da respetiva ordem de trabalhos que será apresentada juntamente com o respetivo requerimento para a sua convocação. Mais foi deliberado requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que proceda à convocação da referida sessão extraordinária, com fundamento na necessidade e urgência das matérias a apreciar, observando os prazos e formalidades legalmente previstos no diploma supracitado, devendo ainda a presente deliberação da Câmara ser aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n. 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seguindo-se a sua remessa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acompanhada da documentação instrutória necessária quanto à ordem dos trabalhos, para efeitos da sua convocação.

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende oito páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda


(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária


(Leticia Lopes Almeida)